operacional, posição remuneratória 4-5, nível 4-5, a que corresponde a remuneração mensal de 665,97€, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, por motivo de aposentação, extinguindo-se assim o respetivo vínculo de emprego público.

23 de fevereiro de 2017. — A Vereadora da Agricultura, Mar, Juventude e Recursos Humanos, *Verónica Pestana de Faria*.

310298887

MUNICÍPIO DE CASCAIS

Aviso n.º 2857/2017

Delimitação da Unidade de Execução Quarteirão da Praça de Touros

Nuno Piteira Lopes, Vereador da Câmara Municipal de Cascais, torna público, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Cascais, na reunião pública de 27/02/2017, em conformidade com a Proposta n.º 172/2017, aprovou a delimitação da Unidade de Execução Quarteirão da Praça de Touros, respetiva Planta Cadastral, Termos de Referência e Anexos, com fundamento nas disposições conjugadas previstas nos artigos 148.º e 89.º n.º 6 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Mais se faz saber, que no período de discussão pública da Proposta de delimitação da Unidade de Execução, que decorreu pelo prazo de 20 dias úteis, entre os dias 3 e o dia 30 de janeiro de 2017 (inclusive) não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões, conforme consta do Relatório da Discussão Pública que constitui o Anexo IX aos Termos de Referência da Unidade de Execução ora delimitada.

A Unidade de Execução Quarteirão da Praça de Touros e respetiva documentação (Planta Cadastral, Termos de Referência e Anexos) pode ser consultada no sítio oficial da Câmara Municipal de Cascais (www.cm-cascais.pt) ou no Departamento de Gestão Territorial (DGT) sito na Rua Afonso Sanches, n.º 3, 2750-501 Cascais.

E, para que conste, mandei publicar este Aviso no *Diário da República* e outros de igual teor, que serão afixados nos locais de estilo e publicitados no sítio oficial da Câmara Municipal de Cascais.

2 de março de 2017. — O Vereador da Câmara Municipal de Cascais, *Dr. Nuno Piteira Lopes*.

310306978

MUNICÍPIO DA COVILHÃ

Aviso n.º 2858/2017

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 25/11/2015, na sequência da homologação da classificação final após conclusão do período experimental, procedeu-se à confirmação na categoria de técnico superior — área de educação, da carreira geral de técnico superior, da trabalhadora Sónia da Silva Cunha Reis, com a remuneração de 1.201,48€, correspondente à 2.ª posição, nível 15 da tabela remuneratória única aplicável à categoria.

9 de dezembro de 2015. — O Presidente, *Vitor Manuel Pinheiro Pereira*.

309309471

Aviso n.º 2859/2017

Para os devidos efeitos, torna-se público que por meu despacho de 18 de maio de 2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, da técnica superior Paula Sextina Martins de Matos, do mapa de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., para integrar o mapa de pessoal da Câmara Municipal da Covilhã, mantendo a remuneração correspondente à posição entre 3.ª e 4.ª, nível entre 19 e 23 da tabela remuneratória única aplicável à categoria. Foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas com efeitos a 1 de maio de 2016.

1 de junho de 2016. — O Presidente, *Vitor Manuel Pinheiro Pereira*.

309771099

MUNICÍPIO DE ESPINHO

Aviso n.º 2860/2017

Joaquim José Pinto Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Espinho, no uso das suas competências previstas nas alíneas *b)* e *t)*

do 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro):

Faz público, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 93.º do regulamento do Plano Diretor Municipal de Espinho — 1.ª revisão (PDME), publicado por Aviso n.º 10906/2016, no *Diário da República* 2.ª série, n.º 168 de 1 de setembro, que a Câmara Municipal de Espinho, por deliberação tomada em sua reunião ordinária de 5 de dezembro de 2016, aprovou apresentar à Assembleia Municipal de Espinho a proposta de reconhecimento do interesse público estratégico da operação de ampliação da unidade industrial da COTESI — Companhia de Têxteis Sintéticos, L.ª, ao abrigo do artigo 92.º do regulamento do PDME, e para tal submeter a discussão pública, em moldes idênticos aos estabelecidos legalmente para os planos de pormenor, devendo, após a sua conclusão, ponderar e divulgar os respetivos resultados e, se for caso disso, alterar o sentido da sua decisão e/ou reconfigurar o teor da proposta a apresentar à Assembleia Municipal.

Mais se informa que, de acordo com o já citado artigo 93.º, n.º 3, do regulamento do PDME, conjugado com o n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), o período de discussão pública terá início cinco (5) dias após a publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República* e terá a duração de vinte (20) dias úteis. Comunica-se ainda que a documentação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Estratégico da operação de ampliação acima identificada, estará disponível para consulta no gabinete de Atendimento Municipal de Espinho e na Divisão de Obras Particulares e Licenciamento da CME (sitos no Edifício dos Paços do Concelho, Praça Dr. José Oliveira Salvador, freguesia e concelho de Espinho; dias úteis, entre as 8h30m e as 16h00m) e no portal institucional do Município de Espinho no seguinte endereço: www.espinho.pt.

Durante o período de discussão pública, os interessados poderão formular, por escrito, reclamações, observações ou sugestões até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Espinho, devendo para o efeito utilizar formulário próprio (disponível nos serviços municipais e no portal do Município em: www.espinho.pt), e entregar presencialmente no gabinete de Atendimento Municipal de Espinho (dias úteis, entre as 8h30m e as 16h00m), por via postal registada com aviso de receção (para a seguinte morada: Câmara Municipal de Espinho, Praça Dr. José Oliveira Salvador, Apartado 700, 4501-901 Espinho) ou por correio eletrónico (para o endereço geral@cm-espinho.pt).

8 de fevereiro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Joaquim José Pinto Moreira*.

310308476

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS

Edital n.º 151/2017

Dr. José Inácio Cardoso Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Felgueiras.

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, que o Regulamento Municipal para a Gala do Desporto, em anexo ao presente Edital, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Felgueiras, em sessão ordinária realizada em 24 de fevereiro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária realizada em 2 de dezembro de 2016, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Regulamento Municipal para a Gala do Desporto entra em vigor no quinto dia após a sua publicação no *Diário da República*, conforme dispõe o artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo.

Para constar e devidos efeitos, se lava o presente edital e outros de igual teor, que vão ser publicados nos lugares de estilo e no *sítio* do Município, www.cm-felgueiras.pt.

27 de fevereiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Dr. Inácio Ribeiro*.

Regulamento Municipal para a Gala do Desporto

Nota justificativa

Considerando que a prática desportiva evidencia um importante papel na formação do caráter e na transmissão de princípios salutares, seja ao